

BOLETIM INFORMATIVO 03/2013

VOCÊ SABIA?

Proposta de Emenda à Constituição

No último dia 26 de março, o Senado aprovou, por unanimidade, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66/2012, mais conhecida como PEC das Domésticas, que garante aos trabalhadores domésticos os direitos já assegurados aos demais, como jornada de trabalho definida, horas-extras e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A proposta deve ser promulgada na próxima terça-feira (2 de abril), em sessão do Congresso marcada para o meio-dia. Saiba mais!

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=109761

Projetos de Lei

Um projeto de lei que prevê que; nos casos de crime contra a pessoa, dos crimes contra o patrimônio e dos crimes contra os costumes praticados em prejuízo de menores, a prescrição passe a contar apenas a partir da data em que a vítima atingir a maioridade; está sendo analisada pelo Senado Federal. Trata-se do Projeto de Lei nº 78/2013, de autoria do Senador Roberto Requião. Para ele, “é injusta qualquer prescrição que corra antes que o menor adquira a maioridade e, assim, a maturidade mínima necessária à promoção das medidas judiciais cabíveis em benefício de seus direitos”. Acompanhe!

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=111573

Está em avaliação no Senado Federal o Projeto de Lei nº 83/2013, que permite que, nos seguros de responsabilidade civil facultativo, como seguro de automóveis, o terceiro prejudicado entre com ação diretamente contra a seguradora. Neste caso, o segurado figurará necessariamente como litisconsorte passivo, para que seja verificada sua responsabilidade pelas perdas e danos alegados. O “litisconsórcio” é um termo jurídico utilizado quando há pluralidade das partes (tanto de um réu quanto mais de um autor) em uma ação, sendo que o “litisconsórcio passivo” indica que há pluralidade de réus na ação. De acordo com a justificativa do autor do projeto, o Senador Valdir Raupp, a medida visa padronizar esses casos. Informe-se!

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=111679

O Senado Federal está analisando o Projeto de Lei nº 85/2013, de autoria do Senador Valdir Raupp, que pretende proibir no serviço de telefonia móvel, a cobrança de roaming nacional ou adicional por chamada no caso de ligações originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, além de estabelecer penalidades para quem descumpri-las. De acordo com a justificativa do projeto, a cobrança do roaming somente era justificada no início do uso da telefonia celular, quando as empresas precisavam se utilizar das redes de outras operadoras para garantir que os

usuários pudessem fazer e receber ligações em outras localidades. Para o proponente, atualmente esse argumento não é mais válido, pois quase todas as operadoras utilizam suas próprias redes. Informe-se!

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=111686

Está em análise no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 87/2013, que prevê aumento de pena em 1/3 para o agente de saúde que cometer crime no interior do estabelecimento de saúde contra a pessoa dependente do sistema de saúde pública para favorecer o paciente com plano de saúde privado. O projeto foi proposto pelo Senador Vital do Rêgo após as denúncias de que uma médica, em um hospital de Curitiba, tirava a vida dos pacientes internados na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) dependentes do Sistema Único de Saúde (SUS), para abrir vaga para pacientes de planos privados. Informe-se!

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=111765

Medidas provisórias

A presidenta Dilma Roussef sancionou no último dia 8 de março, a Medida Provisória nº 609, que reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõe a cesta básica. De acordo com a justificativa da MP, a representatividade e importância social para toda a população brasileira dos produtos que compõem a cesta básica é notória, especialmente para a parcela da população economicamente mais vulnerável. Leia mais:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2011-2014/2013/Mpv/mpv609.htm

ATIVIDADES BINI ADVOGADOS

No dia 14 de março, os integrantes da equipe BINI Advogados, dr. Jurandyr Côa, Andrea Kawabata e Elisângela Leite participaram da palestra realizada na Casa dos Advogados, que proferida pelo Dr. Mauro Antonini, juiz de Direito de Piracicaba, sobre Responsabilidade Objetiva do Código do Consumidor, com debate sobre o tema. A iniciativa foi aberta a população, advogados e fornecedores, dentro de uma programação especial promovida pelo Procon Piracicaba em comemoração ao Dia do Consumidor, celebrado no dia 15 de março.

No mesmo dia, marcaram presença na posse dos diretores, conselheiros seccionais e federais da OAB SP e dos diretores da CAASP, no Palácio de Convenções do Anhembi; os advogados Wagner Bini e Fabiano Vidal representando o BINI Advogados de Piracicaba.

***Obrigado por nos prestigiar e nos colocamos à disposição para dúvidas, esclarecimentos, críticas e sugestões.
ATÉ A PRÓXIMA!***